

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	3
Título: Alcolumbre se reúne com Bolsonaro e relata caos no AP	3
Título: Justiça do Amapá manda afastar diretoria da Aneel e do ONS; agência recorre	4
Título: Guedes busca ‘alternativas’ para auxílio ao Amapá	6
Título: Justiça afasta diretores da Aneel e ONS por apagão	7
Título: Destaques	9
Título: Pesquisa de avião elétrico junta EDP à Embraer	10
Título: Splenda vence licitação da Petrobras e assume Imbetiba.....	12
Título: PetroRio compra áreas da BP e chega ao pré-sal	14
Título: Brasilcom apela ao STF para reduzir meta do RenovaBio	15
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	16
Título: Plataforma da Petrobrás tem surto de covid	16
Título: Ação da PetroRio salta quase 30% após compra de fatia de campos no pré-sal	17
Título: Distribuidora de energia atua sem contrato desde 2015	19
Título: Maduro abre setor de petróleo com lei que evita sanções.....	20
Título: Um juiz e suas rebeldias	22
Título: Medida deve isentar Amapá de conta de luz	23
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	25
Título: Governo e Alcolumbre discutem benefícios para a população	25
Título: Apagão no AP leva juiz a afastar diretoria da Aneel e do ONS	26
Título: Na vitrine.....	28
VEÍCULO: O Globo.....	29
Título: Juiz afasta diretoria da Aneel e do ONS por apagão no Amapá	29

Título: TCU decidirá se governo deve arcar com perdas	31
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	31
Título: Justiça intervém para pôr fim ao apagão no Amapá	31

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 20/11/2020****Seção: Brasil****Autor: Renan Truffi e Vandson Lima — De Brasília****Título: Alcolumbre se reúne com Bolsonaro e relata caos no AP****Na reunião, realizada no Palácio do Planalto, Alcolumbre cobrou medidas do governo para resolver a situação**

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e o presidente Jair Bolsonaro voltaram a se encontrar ontem para discutirem a situação do Amapá, Estado que enfrenta problemas no fornecimento de energia há 17 dias. Na reunião, realizada no Palácio do Planalto, Alcolumbre cobrou medidas do governo para resolver a situação.

Além disso, procurou detalhar o caos no Estado. Relatou ao presidente que comerciantes estão sem renda e famílias passando fome. Ao fim da conversa, o presidente do Senado convidou Bolsonaro para ir ao Amapá no fim de semana.

Segundo interlocutores, a conversa entre os dois foi “bastante longa” e “detalhada”. Alcolumbre aproveitou a reunião presencial para descrever as situações que viu no Estado e na capital, Macapá. Uma das coisas que o presidente do Senado contou para Bolsonaro é que todos os trabalhadores estão impedidos de gerar renda por causa da falta de energia.

Ele citou, por exemplo, o caso de costureiras e comerciantes, além de outros tipos de profissionais, que não conseguem exercer suas atividades. Como a energia elétrica está intermitente - com oscilação de três em três horas -, Alcolumbre repetiu para o presidente o que já havia alertado nas redes sociais: os amapaenses perderam todo o estoque de alimentos por causa da falta de geladeiras. “As pessoas estão passando fome”, enfatizou o presidente do Senado.

Em resposta, Bolsonaro reiterou que o governo está fazendo “tudo que precisa ser feito” para cessar o apagão e vai continuar nesse caminho. A expectativa do Ministério de Minas e Energia é que o Amapá saia do racionamento até este fim de semana. Ainda não foi confirmado se Bolsonaro irá visitar o Estado ou não. Ele não pisou no Amapá desde o início da crise.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, por outro lado, esteve ontem em Macapá. Isso porque ontem a Justiça Federal que determinou o afastamento provisório, pelo prazo de 30 dias, da atual diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do diretores do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

A avaliação dentro do governo é que a Justiça acabou por atrasar ainda mais os esforços pelo reestabelecimento da energia elétrica na região. Como a diretoria da Aneel e a do ONS estão impedidas de atuar, a situação ficou mais complexa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/11/2020

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt, Valor — Brasília

Título: Justiça do Amapá manda afastar diretoria da Aneel e do ONS; agência recorre

O juiz João Bosco Costa Soares da Silva, da 2ª Vara Federal no Amapá, determinou o afastamento provisório, pelo prazo de 30 dias, da atual diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do diretores do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para que “não interfiram na apuração das responsabilidades” pelo blecaute que atingiu o Estado do Amapá no último dia 3 de novembro.

Na decisão, publicada na quinta-feira (19), o magistrado considerou a gravidade da situação, provocada pela “interrupção no fornecimento de energia elétrica no Estado-membro do Amapá já se estende por mais de 15 dias”. A determinação destaca ainda as condições precárias de suprimento de energia que se verifica desde o primeiro apagão, com atendimento “oscilando entre blecautes, racionamentos e rodízios”.

Na noite da quinta-feira, a Aneel informou que recorreu à segunda instância da Justiça Federal na tentativa de derrubar a decisão do juiz.

O juiz federal também acusou os comandos da Aneel e do ONS de serem negligentes na condução do setor, o que teria resultado no blecaute. Na decisão, o magistrado chega a afirmar que o incidente ocorreu porque houve um “apagão de gestão”.

“O lamentável blecaute ocorrido no Estado-membro do Amapá é reflexo de um autêntico ‘apagão de gestão’ provocado por uma sucessão de ‘governos federais’ que negligenciaram quanto ao planejamento adequado de políticas públicas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, deixando o sistema entregue a própria sorte e em mãos de grupos políticos e econômicos que se unem estritamente para fins de enriquecimento ilícito, tratando o povo como ‘rebanho bovino’ e não como sujeitos de direitos, conforme preconiza a legislação brasileira”, relatou o juiz em sua decisão.

O afastamento parte da análise de argumentos da ação movida pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Diante da decisão judicial, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) comentou, por meio de nota, que a decisão tende a prejudicar o esforço de restabelecimento da energia.

“A Aneel respeita a decisão da Justiça, mas ações como essa acabam gerando ruído e prejudicando os trabalhos em um momento em que todos os esforços deveriam estar concentrados no restabelecimento pleno do fornecimento de energia no Amapá”, informou o órgão regulador em posicionamento publicado em sua página eletrônica na internet.

A agência aproveitou para reforçar que “todos os esforços, no atual momento, estão concentrados na normalização do fornecimento de energia no Amapá”. Ressaltou que o reforço da capacidade de oferta de energia já está sendo feito, citando os geradores que vão suprir emergencialmente o Estado e já estão em Macapá.

No comunicado oficial, a Aneel destacou ainda que a equipe técnica, que inclusive integra a comitiva do **ministro Bento Albuquerque** que desembarcou hoje no Estado, vai acompanhar o andamento dos trabalhos “com vistas à plena normalização do atendimento”.

A agência informou que ainda não foi formalmente notificada, mas acrescentou que, “assim que for notificada, vai interpor o recurso cabível para reverter a decisão”.

O ONS afirmou que ainda não foi intimado sobre a decisão da Justiça e que, após a notificação, serão tomadas as medidas judiciais cabíveis para reverter a decisão.

E reiterou ainda que continua empenhado na normalização do fornecimento de energia no Amapá, sua prioridade desde o blecaute do dia 3 de novembro.

O diretor-geral do ONS, Luiz Carlos Ciochi, integra a comitiva do ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, que foi a Macapá nesta quinta-feira para acompanhar as ações de restabelecimento da energia no estado.

Colaborou Letícia Fucuchima, de São Paulo

Protestos em Macapá pelo apagão de energia — Foto: Rudja Santos/Amazônia Real via Fotos Públicas

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 20/11/2020****Seção: Brasil****Autor: Renan Truffi e Vandson Lima — De Brasília****Título: Guedes busca 'alternativas' para auxílio ao Amapá**

O ministro da Economia, Paulo Guedes, sugeriu caminhos alternativos à extensão do auxílio emergencial como forma de socorrer os moradores do Amapá atingidos por um apagão nas últimas semanas. As opções envolvem o pagamento do Benefício de Prestação Continuada, pensão ou benefício previdenciário, a antecipação do abono salarial e, por fim, o prolongamento do seguro-desemprego por até dois meses. No total, elas teriam um custo de aproximadamente R\$ 125 milhões. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), contudo, ainda tem batido na tecla da importância do que está sendo chamado de “auxílio social”, que seria voltado especialmente para a região.

A proposta foi apresentada pela equipe econômica na quarta-feira, em reunião no Palácio do Planalto, e foi tema de novo encontro ontem com Alcolumbre. A discussão surgiu a partir do pedido do senador para que o governo estendesse o auxílio emergencial no Estado. Por conta disso, auxiliares de Guedes preparam um caminho alternativo. O **Valor** teve acesso ao conteúdo da proposição.

Os pagamentos e antecipações envolveriam tanto a Secretaria de Previdência quanto a de Trabalho. No caso da primeira, seriam duas ações no âmbito do INSS: o pagamento dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC) para o primeiro dia útil do cronograma, a partir de dezembro de 2020 e enquanto perdurar a situação. “A medida deve beneficiar mais de 65 mil pessoas e a estimativa de recursos envolvidas na ação somam R\$ 78,5 milhões/mês”, diz o documento.

O segundo caminho seria a antecipação “do valor de uma renda mensal correspondente à pensão ou beneficiário” para as pessoas que já têm esse direito adquirido. Ficariam de fora, no entanto, aqueles que já recebem algum tipo de benefício temporário. O documento diz que, neste caso, os beneficiados teriam o valor descontado em até 36 parcelas. Essa alternativa já foi utilizada, por exemplo, na época da tragédia em Brumadinho (MG), no início de 2019, quando houve rompimento de barragem da Vale.

Já a Secretaria de Trabalho faria a antecipação para dezembro do pagamento dos trabalhadores do Amapá com direito ao abono salarial. Segundo informações, essa medida pode beneficiar mais de 38 mil trabalhadores a um custo de R\$ 28 milhões.

Por último, a proposta de Guedes também envolve prolongar “por um ou dois meses” o seguro-desemprego aos trabalhadores dispensados sem justa causa no Amapá, entre junho e dezembro de 2020. A estimativa é que a medida pode beneficiar mais de 7.080 trabalhadores, mas exigiria um gasto de R\$ 9,1 milhões (uma parcela) ou R\$ 18,2 milhões (duas parcelas).

Todos os caminhos dependeriam da adoção de duas medidas: publicação de um decreto de calamidade pública pelo governo do Amapá e de uma portaria de reconhecimento do estado de calamidade pública pela Defesa Civil e pelo Ministério de Desenvolvimento Regional.

Mesmo assim, Alcolumbre e a equipe econômica discutiram ontem a possibilidade de a União bancar algum tipo de auxílio social que pudesse ser implementado especificamente nesta crise. Segundo uma fonte, o Ministério da Economia não teria rechaçado o pedido de imediato. Pelo contrário, ficou de avaliar mais detalhadamente.

A demanda do presidente do Senado não agrada parte dos integrantes do governo porque poderia abrir um precedente para que outros Estados requisitassem o mesmo tratamento em situação de calamidade.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/11/2020

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt e Luísa Martins — De Brasília e de São Paulo

Título: Justiça afasta diretores da Aneel e ONS por apagão

A crise de abastecimento de energia que atinge o Amapá desde o blecaute do dia 3 de novembro ganhou nova proporção ontem com a decisão da Justiça Federal de determinar o imediato afastamento das diretorias da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do Operador Nacional do Sistema (ONS). O desligamento foi previsto é de caráter provisório, pelo prazo de 30 dias, para que os atuais diretores “não interfiram na apuração das responsabilidades”.

Na sentença, o juiz João Bosco Costa Soares da Silva, da 2ª Vara Federal Cível do Amapá, defende que houve “atuação negligente” da Aneel, do ONS e das Linhas de Macapá Transmissora de Energia (LMTE), responsável pela principal infraestrutura de rede.

Para o juiz, os transtornos que ainda vivem os amapaenses com a intermitência constante no fornecimento de energia foram provocados pela falta de gestão competente do sistema elétrico brasileiro. A situação já levou ao adiamento das eleições deste ano em Macapá. A decisão partiu de ação popular movida pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

O texto da sentença ressalta que a vida da população local tem sido afetada “drasticamente” pelos sucessivos blecautes, racionamentos e rodízios de energia. O magistrado considera o apagão do Amapá como o “maior e mais prolongado na história do país”. Para ele, “classes mais carentes” sofrem mais com o impacto da falta de energia sobre os serviços essenciais.

“O lamentável blecaute ocorrido no Estado-membro do Amapá é reflexo de um autêntico ‘apagão de gestão’ provocado por uma sucessão de ‘governos federais’ que negligenciaram quanto ao planejamento adequado de políticas públicas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica”, relatou o juiz em sua decisão.

Na semana passada, o **Valor** mostrou que os principais órgãos do setor elétrico, responsáveis por planejar, operar e fiscalizar o sistema de abastecimento do país sabiam, ainda que parcialmente, dos riscos envolvidos na operação da principal linha que abastece o Amapá. Documentos produzidos pelas próprias autoridades do setor, conforme demonstrou a reportagem, indicam que a subestação afetada no dia do apagão, a SE Macapá, deveria ter recebido há pelo menos dois anos investimentos adicionais para ampliar sua capacidade, além ainda de não contar há 11 meses com um transformador sobressalente (backup) exigido no contrato.

Desde o blecaute, a Aneel tem sido pressionada a dar respostas tanto para garantir o retorno do pleno abastecimento do Amapá como para apontar os responsáveis pelas falhas no sistema elétrico da região. A cobrança mais contundente tem partido de parlamentares do Estado, incluindo o presidente do Senado Davi Alcolumbre (DEM-AP), do Tribunal de Contas da União (TCU) e até da Polícia Federal (PF).

A superintendência da PF no Amapá, determinou, em ofício enviado na segunda-feira, que a Aneel informe se realizou perícia ou levantamento na subestação de Macapá para tentar identificar as causas do incêndio no dia do blecaute. Segundo apurou o **Valor**, a resposta está em processo de elaboração pela Procuradoria Federal Especializada - órgão da Advocacia-Geral da União (AGU) junto à Aneel - e será utilizada para instruir o inquérito instaurado no dia 13.

A abertura da investigação se deu a pedido do ministro da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça, que, por sua vez, atendeu a ofício de Alcolumbre. Representante da região, o parlamentar argumenta ser necessário esclarecer se a pane ocorreu em razão do temporal ou se o incêndio foi criminoso.

Sobre a decisão da Justiça, a Aneel e o ONS informaram ontem que ainda não tinham sido formalmente comunicados. A agência reguladora, porém, indicou

que, “assim que for notificada, vai interpor o recurso cabível para reverter a decisão”. O operador sinalizou o mesmo, que tomará “as medidas cabíveis”.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	20/11/2020
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

CSN retoma alto-forno

A CSN informou em comunicado que retomou ontem a operação do alto-forno 2, localizado na usina de Volta Redonda (RJ). O alto-forno havia sido paralisado temporariamente em 29 de maio. Segundo a companhia, o alto-forno 2 tem capacidade nominal de 1,5 milhão de toneladas anuais, e sua retomada visa adequação da produção de aço à demanda do mercado. “A companhia continuará monitorando os desdobramentos da pandemia da covid-19 e os eventuais impactos em seus negócios, e manterá o mercado informado a respeito de qualquer evolução relevante”, informou a CSN. O alto-forno havia sido paralisado para adequar a produção, afetada pela pandemia de covid-19.

Petrobras vende polo

A Petrobras iniciou a fase não-vinculante da venda de sua participação no Polo Carmópolis, em Sergipe. Segundo comunicado, o polo é composto por onze concessões de campos de produção terrestres em diversos pontos do Estado, além de infraestrutura de processamento, escoamento, armazenamento e transporte. O polo é composto ainda pelo Polo Atalaia, que inclui o Terminal Aquaviário de Aracaju e o Oleoduto Bonsucesso-Atalaia. A produção média diária do Polo Carmópolis entre os meses de janeiro e outubro foi de aproximadamente 10 mil barris de óleo e 71 mil metros cúbicos de gás.

Anima compra MedRoom

A Anima Holding anunciou ao mercado a aquisição da startup de educação MedRoom, voltada à graduação em Medicina. O acordo de compra e venda foi realizado por meio da subsidiária Brasil Educação e a operação não teve valor revelado. De acordo com o comunicado, a MedRoom constrói objetos educacionais e ambientes de simulação em realidade virtual e realidade aumentada para o ensino da saúde. A Anima afirma que a MedRoom se tornará um dos componentes da Inspirali como plataforma de educação médica, promovendo acesso de médicos aos avanços metodológicos e tecnológicos da área.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 20/11/2020****Seção: Empresas****Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo****Título: Pesquisa de avião elétrico junta EDP à Embraer**

Uma das empresas de energia mais atuantes em mobilidade elétrica, a EDP está alargando as fronteiras dos seus investimentos na área e colocando o pé na indústria de aviação. A companhia se juntou à Embraer no desenvolvimento tecnológico de eletrificação aeronáutica, projeto da fabricante brasileira que ganhou força no ano passado com a cooperação da WEG.

Ao **Valor**, o presidente da EDP Brasil, Miguel Setas, afirmou que a parceria atende dois grandes objetivos do grupo: ser um ator relevante no segmento de mobilidade elétrica e liderar o processo de descarbonização e transição energética. Lá na frente, a companhia mira um novo mercado potencial: os veículos aéreos urbanos, que, assim como os carros e ônibus, não escaparão da eletrificação e vão exigir soluções de fornecimento de energia.

Através da EDP Smart, a companhia vai “financiar” pesquisas relacionadas a sistemas de armazenamento e carregamento de energia no projeto da Embraer. O valor do aporte financeiro não é informado. “Essa é uma informação competitiva, tem outras empresas que estão nessa ‘corrida’ tecnológica”, explicou Setas.

A arquitetura de sistemas de armazenamento e carregamento é justamente um dos principais desafios da aplicação de propulsão 100% elétrica na aeronáutica. Maurílio Albanese, head de desenvolvimento tecnológico da Embraer, afirma que a densidade energética é um dos gargalos para o uso de baterias. “Hoje, são viáveis operações menores, com menor autonomia e menos pessoas e carga a bordo. Para ter uma solução aplicável à aviação comercial, vamos precisar de grande evolução tecnológica no conjunto de baterias e motores”.

O projeto da Embraer de avançar nessa área ganhou tração no ano passado, quando a fabricante assinou um acordo de cooperação com a WEG focado nos motores elétricos. Junto à EDP, a fabricante vai explorar principalmente como se dá a integração de uma bateria de alta tensão na “alimentação” do motor.

As tecnologias estão sendo testadas num protótipo, baseado no avião agrícola Ipanema. O “avião elétrico”, que serve apenas para demonstração da tecnologia, tem seu primeiro voo previsto para 2021.

Não há, por enquanto, qualquer perspectiva concreta de aplicação comercial dessas tecnologias. Porém, o executivo da Embraer entende que o caminho

mais provável para a aviação comercial é a adoção de uma “arquitetura híbrida”, aliando combustível fóssil ou sustentável e energia elétrica.

Juntar-se à Embraer é um passo estratégico para a EDP, que deseja, futuramente, entrar num mercado menos “convencional” para as elétricas: a mobilidade aérea urbana. A expectativa é que a fabricante brasileira se tornará um expoente de novas tecnologias para esse segmento.

E a aposta faz sentido. Através da EmbraerX, braço de inovação disruptiva, a companhia vem desenvolvendo um “eVTOL”, veículo elétrico voador de decolagem e pouso vertical. Espécie de “táxi voador”, o projeto é idealizado junto à Uber. Neste ano, a EmbraerX lançou uma startup voltada exclusivamente para o mercado de mobilidade aérea urbana, a Eve Urban Air Mobility Solutions (Eve).

Setas menciona ainda que o mercado brasileiro, e especialmente a capital paulista, é o lugar para se estar quando assunto é mobilidade aérea urbana. “São Paulo tem a segunda maior frota de helicópteros do mundo. É um indicador que estamos num mercado que terá, no longo prazo, um papel relevante no quadro mundial”, afirma.

Com a eletrificação da aviação, as empresas buscam não só estar na vanguarda tecnológica, mas também avançar com compromissos de sustentabilidade ambiental. No caso da aviação, uma pesquisa da Roland Berger aponta que o setor é responsável por 2% a 3% das emissões antropogênicas de CO₂, participação que pode chegar a dois dígitos em meados do século.

Por isso, há uma série de agentes debruçados nas pesquisas por novas tecnologias, tanto fabricantes de aeronaves quanto grandes fornecedores da indústria. Em 2017, Airbus, Rolls-Royce e Siemens se juntaram para desenvolver um avião híbrido, mas o projeto foi encerrado em maio deste ano.

No caso da EDP, o grupo assumiu o compromisso global de eletrificar 100% de sua frota até 2030 e busca desenvolver novas ofertas e soluções comerciais visando a transição energética. No ano passado, iniciou uma série de projetos de P&D em mobilidade elétrica. Em parceria com montadoras, a companhia está instalando 30 estações de recarga ultrarrápida de veículos elétricos, numa rede que atenderá todo o Estado de São Paulo. Além disso, trabalha num projeto de ônibus elétrico de uso rodoviário junto com a VIX Logística e a BYD no Espírito Santo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 20/11/2020****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho — Do Rio****Título: Splenda vence licitação da Petrobras e assume Imbetiba**

O grupo Splenda Port, empresa de serviços portuários, venceu licitação da Petrobras e passará a operar a partir deste mês o Porto de Imbetiba, em Macaé (RJ). O contrato marca um novo movimento de expansão da companhia na área de apoio logístico às atividades de óleo e gás e que, no início deste ano, já havia assumido a concessão do Terminal Portuário de Angra dos Reis (TPAR).

Criada em 2017, a holding Splenda Port é uma empresa com capital de R\$ 25 milhões e que tem como principal sócio Paulo Narcélio (ex-presidente da OGX). Leandro Cariello (advogado, ex-diretor da H.Stern e da Intelig e que foi sócio do escritório GCMC Advogados) e Luiz Menezes são os parceiros do executivo na sociedade. Narcélio conta ao **Valor** que a intenção é buscar, no futuro, um novo sócio estratégico ou financeiro, para sustentar os investimentos na expansão da companhia.

A empresa fechou contrato de 42 meses com a Petrobras para prestar serviços de operação portuária em Imbetiba. A unidade fornece apoio às atividades de exploração e produção da estatal na Bacia de Campos, em especial a movimentação de equipamentos de ancoragem. Com o contrato, a companhia operará uma média de 130 atracções por mês em Macaé.

Narcélio destaca que o carro-chefe dos negócios da companhia é a prestação de serviços de apoio à indústria petrolífera, mas que busca diversificar a carteira de clientes. A empresa aposta, nesse sentido, na vocação do TPAR, em Angra dos Reis, como um terminal multipropósito.

A concessão do TPAR foi transferida no início de 2020 para o grupo Splenda, após dez anos sob operação exclusiva da Technip, fornecedora de bens e serviços para a indústria petrolífera. Por estar próximo ao pré-sal da Bacia de Santos e ter capacidade para movimentação de carga, fornecimento de água e um depósito para fluidos e resíduos de perfuração, o terminal tem vocação para o setor de óleo e gás. O grupo, porém, prospecta clientes, sobretudo nas atividades de exportação de café, no segmento de fertilizantes e transbordo de automóveis.

“O TPAR é habilitado como porto multipropósito, pode servir para operações offshore, carga geral e até para o turismo e vamos tentar atender esses três nichos tendo sempre como atividade principal a operação offshore. No passado

o Porto de Angra era usado para trazer o café e o minério de ferro de Minas Gerais e levava equipamentos e trigo para o Vale do Paraíba. Tem uma tradição de um porto de carga geral que queremos resgatar”, diz Narcélio, que preside o TPAR.

Ele conta que 2020 foi um ano ruim para setor portuário de uma forma geral, mas que acredita na recuperação a partir do ano que vem. Segundo o executivo, o advento de um novo marco legal para a cabotagem (o “BR do Mar”) e as expectativas em torno da exploração dos blocos de óleo e gás leiloados nos últimos anos trazem “boas perspectivas” para 2021. A companhia não detalha o seu faturamento, mas prevê crescer em mais de 500% no ano que vem.

Narcélio afirma que o TPAR está próximo de fechar seu primeiro contrato de carga geral. O grupo Splenda assumiu o terminal sem clientes e, ao longo de seu primeiro ano de operações em Angra, tem em carteira 20 clientes (entre serviços já prestados e em execução), todos na área de óleo e gás.

Ele conta que o objetivo, num primeiro momento, é “ocupar o porto”, mas que a companhia pretende, no futuro, investir na ampliação do empreendimento, por meio de investimentos de R\$ 30 milhões em novos equipamentos de movimentação de carga (como empilhadeiras e guindastes), instalação de área de armazenamento coberta e obras de dragagem do calado do porto. Para isso, a companhia busca um sócio para aumentar a capacidade de investimento do grupo e aguarda a renovação da concessão. Segundo dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), o contrato se encerra em 2023. Há, contudo, um pedido na Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários para que a concessão do TPAR seja postergada até 2048.

“Daqui a dois ou três anos, com o Brasil crescendo, acreditamos que podemos partir para uma ampliação”, afirma Narcélio.

O executivo diz também que um dos objetivos, para o futuro, é reconstruir a ligação do porto à malha ferroviária, que foi desativada em 2006. Segundo ele, o terminal está a 68 quilômetros do município de Barra Mansa, onde há um entroncamento de ferrovias da MLS e VLI. O custo de implementação do quilômetro ferroviário é de cerca de R\$ 1 milhão. A ideia é que o projeto seja viabilizado em consórcio.

“Vamos buscar um parceiro, um consórcio entre exportadores de café, indústria automobilística e clientes do Vale do Paraíba”, afirmou Narcélio, que aposta no interesse do setor cafeeiro. “Estima-se que o setor de café gasta R\$ 200 milhões por ano para exportar café de Minas para os portos do Rio e de Santos e que [um transporte rodoviário a partir do TPAR] pode reduzir em 40% esse custo”, comentou.

Além do contrato para prestação de serviços de operação do Porto de Imbetiba e do contrato de concessão no TPAR, o grupo Splenda opera desde 2019 o Porto do Forno, em Arraial do Cabo (RJ), que tem vocação para a movimentação de granéis. A unidade tem silos com capacidade de até 30 mil toneladas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/11/2020

Seção: Empresas

Autor: Gabriela Ruddy — Do Rio

Título: PetroRio compra áreas da BP e chega ao pré-sal

A PetroRio anunciou sua estreia no pré-sal após a compra da participação da petroleira britânica BP nos blocos BM-C-32 e BM-C-30, onde estão as descobertas de Wahoo e Itaipu, na Bacia de Campos. A transação terá uma parcela fixa de US\$ 100 milhões, além de um pagamento de US\$ 40 milhões contingente ao início da produção ou ao processo de unitização de Itaipu.

A estratégia da PetroRio é formar um cluster de produção com o campo de Frade, na mesma bacia. “Há ganhos enormes de sinergia. O custo de desenvolvimento de Wahoo é baixíssimo, pois usa a infraestrutura já existente. Se o desenvolvimento fosse feito de forma independente talvez o custo de produção seria de US\$ 10 a US\$ 15 por barril, mas aqui é algo muito mais baixo, na ordem de US\$ 2 por barril”, diz o presidente da empresa, Roberto Monteiro.

A companhia assumirá as participações de 37,5% da BP no bloco BM-C-30 e de 60% no BM-C-32. As parceiras atuais no projeto são a francesa Total e a indiana IBV, mas a PetroRio também negocia a compra da parcela da empresa asiática. “Temos todo o interesse em desenvolver as áreas junto aos parceiros, mas caso eles optem por não participar, a PetroRio continua tendo a oportunidade de seguir adiante”, afirma o executivo.

Pela primeira vez, a companhia vai levar sua estratégia de compartilhamento de infraestrutura para o desenvolvimento de um campo desde o início, já que Wahoo e Itaipu são descobertas que ainda estão em fase de avaliação. Até então, os outros três ativos operados pela petroleira - os campos de Frade, Polvo e Tubarão Martelo - já estavam na fase de produção quando foram adquiridos pela empresa.

Wahoo está localizado a cerca de 35 quilômetros de Frade, em lâmina d’água de 1.400 metros, e tem potencial para produzir 140 milhões de barris de óleo leve, com 30º API. A área foi descoberta em 2008 e passou por um teste de formação em 2010. Já Itaipu foi descoberto em 2009 e estudos preliminares indicam que a acumulação pode ser compartilhada com a região sudeste do Parque das

Baleias, operado pela Petrobras, o que indica potencial para um processo de unitização. “Estamos agregando reservas a baixo custo”, diz Monteiro.

A PetroRio estima investimentos de US\$ 800 milhões no desenvolvimento do projeto de Wahoo. A expectativa é que a área produza inicialmente 10 mil barris por dia por poço. A interligação a Frade deve incluir quatro poços produtores e dois injetores, conectados a um manifold submarino com bombas multifásicas para o escoamento do óleo produzido e da água injetada. O óleo de Wahoo, inclusive, deve ser usado na geração de energia do FPSO de Frade.

A empresa ainda não definiu a fonte de financiamento para o desenvolvimento, mas avalia a possibilidade de fechar acordos de pré-pagamento de exportação, project finance ou uma eventual emissão de bonds. Segundo Monteiro, a companhia também não descarta a possibilidade de um aumento de capital, mas segue com o objetivo de manter uma alavancagem próxima a 2,5 vezes na relação dívida líquida/Ebitda. “Estamos abertos, vamos analisar o mercado e ver o que faz mais sentido. Não vamos fazer nada que aumente o grau de endividamento de uma forma que não seja sustentável ou saudável”, afirmou Monteiro.

Paralelamente, a PetroRio analisa oportunidades de criar outros clusters. A companhia avalia a aquisição de novas áreas para aumento da produção dos ativos já existentes, assim como o desenvolvimento de novos clusters em outras regiões. A empresa descarta, por enquanto, a aquisição de blocos exploratórios. “É um risco que ainda não gostamos.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/11/2020

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Brasilcom apela ao STF para reduzir meta do RenovaBio

Entidades quer que suas associadas possam reduzir as metas de descarbonização deste ano em 25%

A Associação dos Distribuidores de Combustíveis (Brasilcom) impetrou ontem um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para que suas associadas tenham as metas de descarbonização deste ano reduzidas em 25%, conforme apurou o **Valor**.

A medida foi tomada após a entidade ter seu primeiro pedido negado pela Justiça Federal. No domingo, o desembargador Jirair Meguerian, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), reverteu liminar obtida pela Brasilcom ao considerar que se tratava de uma questão dos tribunais superiores, já que quem

define as metas é o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), ligado à Presidência. A associação pedia a revisão à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Na terça-feira, o vice-presidente da Brasilcom, Abel Leitão, disse em evento da Conferência Biodiesel, transmitido online, que a disputa continuaria. “É uma batalha. A guerra não terminou”, disse.

A associação, que congrega sindicatos regionais de distribuidoras, argumenta que sobrou pouco tempo para que as empresas cumpram as metas de compra de Créditos de Descarbonização (CBios) para este ano, já que a individualização dessas metas pela ANP só foi concluída no fim de setembro. Cada distribuidora tem sua meta de compra de CBios - que equivalem a uma tonelada de carbono de emissão evitada - para atender aos objetivos de descarbonização.

Em meados do ano, o **Ministério de Minas e Energia (MME)** iniciou uma revisão para este ano por causa da retração do consumo de combustíveis provocada pela pandemia. Após consulta pública, o CNPE divulgou as novas metas em 10 de setembro.

As distribuidoras também se vinham se queixando do represamento da oferta de CBios pelos produtores. Mas, ontem, a ANP informou que já foram gerados 15 milhões de CBios - acima da meta deste ano e da última semana de 2019 que as distribuidoras têm que cumprir.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/11/2020

Seção: Economia

Autor: Denise Luna / RIO

Título: Plataforma da Petrobrás tem surto de covid

Um surto de covid-19 foi registrado na P-69, uma das nove plataformas da Petrobrás instaladas no maior campo produtor do País, o de Tupi (ex-Lula), na Bacia de Santos. A estatal não revela os números, mas o Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista (Sindipetro-LP) disse que pelo menos 60 trabalhadores deixaram a unidade, de um total de 140, e estão sendo substituídos por equipes de emergência para que a produção não seja paralisada. Segundo a petroleira, foram desembarcados, não apenas os trabalhadores infectados, mas também os que tiveram com os doentes e a plataforma recebeu uma higienização adicional.

Após ver a queda de 5,4% do volume de petróleo produzido em maio, no auge da pandemia, refletindo paradas por contaminação de covid-19 em cinco plataformas em abril, a Petrobrás tenta manter a P-69 em operação, unidade

com capacidade para produzir 150 mil barris diários de petróleo e seis milhões de metros cúbicos de gás natural por dia. “Os colaboradores que manifestaram sintomas, bem como seus contactantes, desembarcaram imediatamente e foram testados em terra, com acompanhamento das equipes de saúde da Petrobrás e orientações para isolamento.

De forma preventiva, a companhia testou todo o efetivo a bordo, incluindo empregados próprios e colaboradores de empresas prestadoras de serviços”, informou a estatal. Dados divulgados pelo **Ministério de Minas e Energia (MME)** na última segunda-feira informaram que dos 46.416 empregados próprios da Petrobrás, 2.672 haviam sido contaminados, ou 5,7% do total, sendo que 3 morreram e 2.474 já estão recuperados.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/11/2020

Seção: Economia

Autor: Felipe Laurence / SÃO PAULO Denise Luna / RIO

Título: Ação da PetroRio salta quase 30% após compra de fatia de campos no pré-sal

Novo rumo. Companhia investiu US\$ 100 milhões para explorar óleo em águas ultraprofundas; para analistas, a operação permitirá à empresa reduzir custos, o que tem sido considerado crucial nesse momento do setor, marcado por preços menores e demanda incerta

A PetroRio anunciou ontem um acordo para comprar uma fatia de 35,7% da britânica BP no Campo de Wahoo, localizado na Bacia de Campos (RJ), e de 60% no Campo de Itaipu, na mesma bacia, por US\$ 100 milhões. As aquisições, que surpreenderam o mercado, colocam a empresa, especializada na operação de campos maduros, no cobiçado pré-sal. O movimento poderá reduzir seus custos – o que fez as ações darem um salto. Os papéis fecharam o dia com alta de 29, 24%, cotados a R\$ 46.

“Ao se dispor a entrar no présal, a PetroRio vai a uma seara diferente de seu portfólio e que tem custo de produção muito baixo”, diz Ilan Arbetman, analista de petróleo e gás da Ativa Investimentos. Segundo ele, com o mercado de petróleo em crise, com preços baixos e incerteza de demanda, a redução de custos é a “grande chave do jogo”. Somente petroleiras que aumentarem a produção mantendo custos baixos conseguirão bons resultados a médio prazo.

Para atingir esse objetivo, a PetroRio pretende compartilhar a infraestrutura de produção com a do campo de Frade, que fica a 35 quilômetros de distância. Por

meio de uma ligação entre os campos, a empresa conseguirá extrair petróleo de dois lugares, sem precisar ter uma infraestrutura para cada. Essa otimização deve manter os custos em níveis baixos. O potencial de sinergias entre o ativo adquirido e o já existente é o que explica a maior parte da empolgação do mercado.

“A aquisição é importante porque dilui os custos em um momento em que a extração no pré-sal está se mostrando muito rentável, o que gera aumento nas margens da empresa”, diz Julia Monteiro, analista da MyCap. Ao Estadão/Broadcast, o presidente da PetroRio, Roberto Monteiro, previu que a companhia poderá dobrar reservas e produção, reduzindo o chamado lifting cost (custo de extração), hoje em US\$ 12,70 por barril. Em termos de comparação, a Petrobrás gasta US\$ 4,50 para extrair um barril de petróleo.

Se for levado em consideração apenas o pré-sal, o custo é ainda menor: US\$ 2,50. Isso tem ajudado a estatal a gerar bilhões em caixa, mesmo com o choque de preços do petróleo e a pandemia, que reduziu a demanda. Monteiro prevê uma produção de até 40 mil barris ao dia para a PetroRio quando o negócio for concluído. “Nos nossos ativos atuais, quando produzimos 3 mil (barris) já fazemos festa.” Segundo ele, o campo de Wahoo não tem a mesma produtividade dos maiores da região, mas ajudará a reduzir custos. “Se tivermos 100% do campo, nosso lifting cost vai para perto de zero”, diz.

Ele está disposto a conversar com os outros dois sócios da área, a indiana IBV e a francesa Total, caso elas coloquem suas fatias à venda. Para desenvolver o campo, a empresa deve fazer investimentos de US\$ 800 milhões. Ela pode buscar esses recursos por meio de um aumento de capital, relançamento de títulos de dívida no mercado norte-americano, ou mesmo financiamento tradicional, por bancos. “Vai depender se os sócios vão ou não participar”, diz.

Caso o custo do projeto se mantenha em US\$ 800 milhões e a produção em 40 mil barris diários, os analistas Tasso Vasconcellos e Lucas Chaves, da Eleven Financial, calculam que a PetroRio ganharia até US\$ 184 milhões com o novo campo. Longo prazo. Os ganhos dessa aquisição, porém, devem vir apenas no longo prazo. Para Gabriel Mota, operador de renda variável da plataforma RJ Investimentos, o salto da ação tem um pouco de movimento de rebanho.

“Vai demorar muito tempo até o campo efetivamente entrar em produção, então todo o operacional da PetroRio depende do que eles já têm”, afirma. “O petróleo está retomando os níveis pré-pandemia, mas ainda há muita dúvida envolvendo a covid-19. Então a ação tende a oscilar bastante.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 20/11/2020****Seção: Metrópole****Autor: Marlla Sabino Anne Warth / BRASÍLIA****Título: Distribuidora de energia atua sem contrato desde 2015**

Concessionária manteve atividade no Amapá mesmo com o fim do acordo de concessão; Estado teve 2 apagões

Os apagões que deixaram o Amapá no escuro nas últimas semanas revelaram a precariedade do sistema elétrico do Estado tanto em linhas de transmissão quanto de distribuição. Responsável pela linha que apresentou falhas na noite de terça-feira, a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), concessionária que distribui energia na região, fornece o serviço sem contrato de concessão desde 2015. A empresa atende cerca de 208 mil unidades consumidoras. Ontem, a Justiça Federal determinou o afastamento provisório, por 30 dias, da diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e dos diretores do Operador Nacional do Sistema (ONS), por causa do apagão que atingiu o Amapá. A decisão foi dada para evitar interferência na apuração das responsabilidades pelo blecaute.

Para o juiz federal João Bosco Costa Soares da Silva, autor do despacho, houve “completa omissão” ou, no mínimo, negligência dos órgãos reguladores no sistema de energia do Amapá. A CEA pertence ao governo do Estado e foi impedida de renovar o contrato por não cumprir requisitos mínimos de qualidade e de equilíbrio econômico-financeiro exigidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para qualquer concessionária de distribuição. Para garantir a continuidade do serviço, o governo publicou uma portaria em 2016 que designa a CEA como “responsável” pela distribuição de energia.

Os problemas envolvendo a qualidade na prestação do serviço de distribuição de energia no Amapá, no entanto, começaram muito antes. Em 2005, a Aneel fez a primeira notificação ao governo estadual sobre a empresa. Na época, o Estado mantinha um programa que isentava a conta de luz para parte dos consumidores, mas não ressarcia os gastos da empresa. Com o acúmulo de dívidas, a agência chegou a recomendar a extinção dos contratos de concessão da empresa em 2007. Apesar disso, o **Ministério de Minas e Energia (MME)** não acatou a sugestão, o que contribuiu para perpetuar a má gestão da empresa por muitos anos.

As seis distribuidoras da Eletrobras no Norte e no Nordeste passaram por situação semelhante à da CEA: ficaram em regime de designação, quando a estatal decidiu sair do negócio de distribuição, mas por dois anos. Todas elas

foram privatizadas em 2018. A CEA é a única que continua sob regime precário até hoje. Em mais um esforço para resolver a situação da companhia, o governo federal estendeu até 30 de junho de 2021 o prazo para que o Amapá realize o leilão de privatização – o prazo anterior havia se encerrado em fevereiro de 2018. A nova data está prevista na Medida Provisória 998, que ainda precisa ser aprovada pelo Congresso.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/11/2020

Seção: Internacional

Autor: AFP

Título: Maduro abre setor de petróleo com lei que evita sanções

Nova legislação dá ao presidente da Venezuela poder de aprovar privatizações preservando anonimato de pessoas ou empresas

Isolado por sanções de Washington, o presidente chavista, Nicolás Maduro, abriu as portas do setor petrolífero da Venezuela para aliados como a China ao criar uma legislação que dá carta branca para investimentos anônimos. Especialistas consideram que a chamada Lei Antibloqueio, apresentada pelo próprio presidente e aprovada em 8 de outubro pela Assembleia Constituinte, de maioria chavista, é o preâmbulo dos processos de privatização sem controladoria e, portanto, terreno fértil para a corrupção.

“A Lei Antibloqueio permite tudo, vamos lá!”, disse Maduro dias atrás, ao dar início à abertura de investimentos privados na área de energia para “neutralizar” a série de restrições impostas pelos Estados Unidos, que inclui um embargo ao petróleo em vigor desde abril de 2019. Com nova legislação, que dá a Maduro poderes extraordinários, o chavista poderia aprovar privatizações preservando “o anonimato das pessoas ou empresas” que negociam com o seu governo, desafiando as restrições da Casa Branca, explicou o especialista em petróleo e professor universitário Luis Oliveros.

A lei confere ao presidente autoridade para “não aplicar” as normas jurídicas “cuja aplicação seja impossível ou contraproducente” em razão dos efeitos das sanções. Também declara “segredo e reservado” todos os atos derivados de sua execução, sem estabelecer mecanismos de prestação de contas. Intensificado pelo processo de nacionalização e expropriação do chavismo, há mais de 20 anos, a petroleira estatal PDVSA vive hoje seus piores momentos desde a sua criação, em 1976. A produção de petróleo da Venezuela passou de 3,2 milhões de barris diários de petróleo bruto, há 12 anos, para menos de 400 mil barris nos últimos meses – níveis próximos dos anos 1930.

Tendo as maiores reservas de petróleo do mundo, a Venezuela teve de recorrer a navios carregados com gasolina e derivados do Irã nos últimos meses para aliviar uma escassez aguda de combustível. Corrupção. O sigilo da Lei Antibloqueio viola a Lei de Nacionalização da Indústria do Petróleo, de 1976, e a própria Constituição da Venezuela, afirmou o advogado e diretor da ONG Acesso à Justiça, Alí Daniels.

Por lei, os contratos no setor de petróleo teriam de ser aprovados pela Assembleia Nacional, liderada pelo líder opositor Juan Guaidó, reconhecido como presidente da Venezuela por 50 países, em uma lista encabeçada pelos Estados Unidos – em 2018, o Legislativo declarou Maduro “usurpador”, acusando o chavista de ter fraudado a eleição daquele ano. De acordo com Daniels, ao “mascarar” as negociações impondo anonimato aos titulares do negócio, a lei se torna “perfeita para atos de corrupção”.

Após a aprovação da matéria, o Parlamento alternativo, fiel ao chavismo, alertou que os titulares de contratos firmados pela nova lei – a qual a Casa classifica de “instrumento paralegal” – podem ser indiciados por crimes como “associação ilícita à prática do crime” e “utilização de bens derivados do crime”. Apesar do alerta, a Assembleia Nacional teve seus poderes reduzidos pelo Supremo Tribunal de Justiça, também dominado por chavistas.

Depois de a ter declarar a Casa ilegítima em 2016, pouco depois de a oposição ter assumido o controle do Parlamento, a corte passou a considerar todas as decisões dos parlamentares nulas. A Assembleia Constituinte, por sua vez, deve encerrar suas funções em dezembro para dar lugar a um novo Parlamento, em janeiro, que será eleito no dia 6 de dezembro, em eleições que Guaidó e os principais atores da oposição decidiram boicotar sob acusações de fraude generalizada. Sanções. O economista e analista político Asdrúbal Oliveros prevê que os investimentos no setor de petróleo da Venezuela devem vir da China e da Rússia, os principais credores do regime venezuelano, e de outros aliados internacionais de Maduro, como o Irã.

Em discurso transmitido pela TV, Maduro anunciou que está “aberto” a “expandir os investimentos” a “todos os níveis da indústria energética venezuelana” com a China. O presidente culpa Washington pelo colapso da indústria petrolífera venezuelana, classificando as sanções americanas de “um bloqueio criminoso”. Especialistas, no entanto, afirmam que a situação falimentar da PDVSA é fruto de falta de investimentos, negligência e corrupção.

Alvo de sanções que pressionam por sua renúncia, o presidente venezuelano “tem aprendido” com seus aliados a “movimentar dinheiro sem que o Ofac (Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros do Tesouro dos Estados Unidos) perceba”, afirma Oliveros. Irã e Coreia do Norte, também alvo de sanções

americanas, fazem esse mesmo tipo de transação. No entanto, acrescenta Oliveros, será difícil para o governo venezuelano e seus aliados ocultarem da Ofac as transações multimilionárias típicas da indústria do petróleo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/11/2020

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Um juiz e suas rebeldias

Em um Estado Democrático de Direito, ninguém detém poder absoluto. As competências estão distribuídas entre Legislativo, Executivo e Judiciário. E as respectivas autoridades têm atribuições específicas. De vez em quando, no entanto, veem-se rebeldias. Autoridades que, ignorando o limite entre o que podem e o que não podem fazer, despacham como se fossem os Três Poderes juntos.

Foi o que se viu no Amapá. No dia 13 de novembro, o juiz da 2.ª Vara Cível da Justiça Federal do Amapá determinou que, em razão dos apagões de energia elétrica, a população do Estado teria direito a receber mais duas parcelas do auxílio emergencial de R\$ 600.

Como se sabe, o auxílio emergencial em função da pandemia do novo coronavírus foi resultado de um projeto de lei proposto pelo Executivo federal e aprovado pelo Congresso. A concessão do auxílio envolveu decisões políticas importantes, com efeitos sobre o Orçamento e as finanças públicas. Tais decisões não são da competência do Poder Judiciário, e sim de autoridades eleitas pelo voto popular.

Nada disso, no entanto, foi empecilho para que o juiz, vendo a situação dramática da população de seu Estado, determinasse mais dois pagamentos de R\$ 600 aos cidadãos do Amapá. Não se sabe a razão de terem sido apenas dois. Por que não foram três, quatro ou seis meses adicionais de auxílio emergencial pela situação precária de energia do Estado? São as idiossincrasias próprias de decisões absolutas. O critério é ditado pela cabeça de quem manda fazer o que não pode.

O ativismo da Justiça do Amapá, no entanto, foi adiante. No dia 19 de novembro, o mesmo juiz determinou o afastamento por 30 dias da diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e dos diretores do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Segundo o magistrado, o objetivo da medida é impedir a interferência dessas autoridades na investigação relativa às circunstâncias e causas do blecaute.

Na decisão, o juiz diz que houve “completa omissão” ou, no mínimo, negligência dos órgãos reguladores no sistema de energia do Amapá, atingido por dois apagões nas últimas semanas. O primeiro, causado por um incêndio em uma subestação de energia da capital Macapá, deixou 14 dos 16 municípios do Estado no escuro. Quando ocorreu o segundo apagão no dia 17, o abastecimento de energia ainda não tinha sido regularizado.

“O lamentável blecaute ocorrido no Estado-membro do Amapá é - diz a decisão judicial - reflexo de um autêntico ‘apagão de gestão’ provocado por uma sucessão de ‘governos federais’ que negligenciaram quanto ao planejamento adequado de políticas públicas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, deixando o sistema entregue a própria sorte e em mãos de grupos políticos e econômicos que se unem estritamente para fins de enriquecimento ilícito, tratando o povo como ‘rebanho bovino’ e não como sujeitos de direitos.”

Enquanto cidadão, o magistrado pode discorrer sobre as causas da situação da energia em seu Estado. O problema, no entanto, é o que ele entende que pode fazer como juiz. No dia 19, ele achou que devia suspender de suas funções por um mês as diretorias da Aneel e do ONS. Surge, então, a pergunta. Diante de fatos tão graves, por que ele não incluiu também o presidente da República e o **ministro de Minas e Energia** na ordem de suspensão pelo período de um mês?

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) foi o autor da ação civil pública pedindo o afastamento das diretorias da Aneel e do ONS. Em sua conta no Twitter, o senador comemorou a decisão. No mínimo, é de advertir que Aneel e ONS cuidam de outros Estados além do Amapá. O que será da energia do restante do território nacional com essas entidades acéfalas?

É preciso respeitar as competências de cada Poder. Por mais que certas decisões possam aparentar eficiência, o caminho para serviços públicos de qualidade deve ser trilhado dentro das margens do Estado Democrático de Direito. Sem exceções, sem rebeldias.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/11/2020

Seção: Metrópole

Autor: Anne Warth Amanda Pupo Daniel Weterman / BRASÍLIA

Título: Medida deve isentar Amapá de conta de luz

Fornecimento não foi restabelecido e Justiça mandou afastar diretoria de Aneel e ONS

O governo deve editar uma medida provisória para isentar consumidores do Amapá do pagamento da conta de luz em novembro. O Estado sofreu dois apagões em um intervalo de 14 dias. O Tesouro deve fazer um aporte para bancar o benefício, que deve custar entre R\$ 45 milhões e R\$ 80 milhões, segundo apurou o Estadão/Broadcast. Ontem, a Justiça Federal determinou o afastamento provisório da diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do Operador Nacional do Sistema (ONS). A medida provisória deve ser publicada hoje no Diário Oficial da União. A determinação visa a contribuir para o enfrentamento da crise de energia no Amapá, que sofreu um apagão em 3 de novembro – 14 dos 16 municípios do Estado ficaram às escuras por quatro dias.

A população passará por racionamento até o dia 26, quando o atendimento deve ser plenamente restabelecido. Na terça-feira, um novo blecaute atingiu o Estado às 20h27, mas a eletricidade voltou à 1h04 em sistema de rodízio, já que o fornecimento não foi completamente retomado em razão do primeiro apagão. O governo ainda não fechou os cálculos sobre o valor que será necessário aportar para pagar a conta de luz da população do Amapá. Ainda não foi decidido se haverá limite máximo para o nível de consumo que terá isenção, mas a ideia é que toda a conta seja bancada.

A proposta é repassar recursos do Tesouro para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo que banca subsídios da conta de luz, e, a partir da CDE, enviar recursos para a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), distribuidora do Estado. Ontem à noite, o Senado também aprovou projeto de lei que prevê compensações para consumidores atingidos pelo apagão. A proposta estabelece “crédito” na conta de luz até que a energia elétrica seja restabelecida no Estado. Além disso, o texto prevê medidas para outros Estados em caso de situações semelhantes.

A Consultoria Legislativa do Senado levantou questionamentos. Segundo a avaliação técnica, a medida não detalhada como o benefício será implementado, se pode encarecer o preço da conta para todo o País e até causar novos apagões. O projeto tem de passar pela Câmara. Afastamento. Ainda ontem, a Justiça Federal determinou o afastamento provisório, por 30 dias, da diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e dos diretores do Operador Nacional do Sistema (ONS), responsáveis por fiscalizar e operar o sistema elétrico no País, em função do apagão.

A decisão foi dada para evitar interferência enquanto as responsabilidades pelo blecaute são apuradas, justificou o juiz João Bosco Costa Soares da Silva. A empresa responsável pela concessão do serviço em Macapá também foi incluída na ação. O juiz federal afirmou que houve “completa omissão” ou, no mínimo, negligência dos órgãos reguladores no sistema de energia do Amapá. Além disso, para o magistrado, a população foi vítima de um “apagão de gestão” no

governo federal. A Justiça determinou o afastamento das diretorias no âmbito de uma ação popular movida pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Na mesma ação, o juiz classificou o ocorrido como “lamentável” e escreveu que uma sucessão de erros conduz o Brasil ao “neocolonialismo”. Na decisão, de sete páginas, o magistrado afirmou que os governos no País tratam o povo como “rebanho bovino”. O juiz federal enviou a decisão ao Tribunal de Contas da União (TCU) e à Polícia Federal do Amapá, que também foram acionados para apurar as responsabilidades pelo apagão.

A União e Aneel apresentaram recurso contra a decisão. Representante da Aneel e do governo na Justiça, a Advocacia- Geral da União (AGU) afirma que a decisão de afastar toda a diretoria da Aneel com base em “mera suposição”, que chama de “irreal”, põe em risco toda a atividade de regulação e fiscalização do setor elétrico. Para o órgão, o afastamento prejudica a tomada de medidas emergenciais para o restabelecimento da energia no Amapá. O ONS, por sua vez, disse continuar empenhado na normalização do fornecimento de energia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 20/11/2020

Seção: Mercado

Autor: Fábio Pupo, Renato Machado e Julia Chaib - Brasília

Título: Governo e Alcolumbre discutem benefícios para a população

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), pediu ao governo a extensão do auxílio emergencial no Amapá como resposta à crise de energia vivida pelo estado. Mas a proposta contraria a equipe econômica, que não vê como embasar a medida.

Para compensar a negativa feita a Alcolumbre, que preside a Casa onde tramitam diferentes propostas de interesse do governo, o ministro Paulo Guedes (Economia) ofereceu compensações.

Conforme relatos ouvidos pela Folha, foram formuladas principalmente propostas de antecipação de benefícios da seguridade que poderiam ser feitas a partir do reconhecimento de estado de calamidade pública.

Estão no pacote, ainda em discussão, adiantamentos em pagamentos do BPC (Benefício de Prestação Continuada) e outros benefícios da Previdência. Também estão em estudo a antecipação do abono salarial e até a prorrogação do seguro-desemprego para trabalhadores demitidos nos últimos meses.

Conforme apurou a Folha, também é avaliada a liberação de novos saques do FGTS, o que pode ser feito em situações de emergência. Foi debatida até a

possibilidade de criar um novo auxílio para a população local. Não com o nome de emergencial, mas social.

Alcolumbre também se encontrou com o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) nesta quinta (19) e o convidou para ir ao Amapá neste sábado (21).

Segundo pessoas próximas, o senador relatou episódios difíceis pelos quais passam a população do Amapá no encontro com Bolsonaro. Citou casos de comerciantes que perderam a mercadoria, ficaram sem renda e não conseguem comprar os produtos novamente.

Disse que o racionamento de energia é uma medida paliativa, que causa transtornos. Afirmou que a Eletronorte e os governos estaduais e municipais estão empenhados em resolver a situação, mas que a União precisa abraçar o estado do Amapá.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, desembarcou no estado para avaliar a situação e a possibilidade de retirar o Amapá do racionamento de energia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 20/11/2020

Seção: Mercado

Autor: Renato Machado

Título: Apagão no AP leva juiz a afastar diretoria da Aneel e do ONS

Decisão vale por 30 dias; justificativa é que presença no cargo atrapalharia investigações sobre blecaute

Brasília - A Justiça Federal no Amapá determinou o afastamento da diretoria da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) por causa do apagão que atinge o estado há mais de 15 dias.

A decisão é assinada pelo juiz João Bosco da Costa, da 2ª Vara da Justiça Federal do Amapá, a partir de ação protocolada pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

O magistrado determinou o afastamento dos diretores por um prazo de 30 dias, mas as respectivas remunerações foram mantidas.

O texto da decisão não especifica quem deve assumir as respectivas diretorias.

A decisão afirma ser necessária uma ampla e minuciosa investigação para esclarecer as causas do blecaute. No entanto, afirma o magistrado, isso não será possível com eficácia, caso os diretores permaneçam no cargo.

Há um “risco patente”, diz, de restrição ao acesso ou mesmo extravio de documentos.

“Portanto, por intermédio do afastamento provisório dos agentes públicos, busca-se fornecer ao juiz instrumento capaz de alcançar a verdade real, evitando-se que eventuais atuações dolosas possam atrapalhar a produção dos elementos necessários à apuração dos fatos e, por conseguinte, à formação do convencimento judicial.”

O ONS é o órgão responsável pela gestão do setor elétrico brasileiro. A Aneel, por sua vez, tem entre as suas atribuições regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

A Aneel informou em nota que respeita a decisão, mas que ações como essa geram ruído e acabam prejudicando os trabalhos. A agência também ressalta que está atuando para restabelecer completamente o fornecimento de energia.

A entidade afirma ainda que não foi notificada da decisão, mas que vai recorrer assim que isso acontecer.

“Todos os esforços, no atual momento, estão concentrados na normalização do fornecimento de energia no Amapá. Os geradores que vão suprir emergencialmente o estado já estão em Macapá. Equipes da Aneel, inclusive, integram a comitiva do **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, nesta quinta (19), que vai acompanhar o andamento dos trabalhos com vistas à plena normalização do atendimento”, afirma anota.

“A Aneel respeita a decisão da Justiça, mas ações como essa acabam gerando ruído e prejudicando os trabalhos em um momento em que todos os esforços deveriam estar concentrados no restabelecimento pleno do fornecimento de energia no Amapá”, completa o texto.

O ONS também informou que vai, quando notificado, tomar as medidas judiciais cabíveis para reverter a situação. O órgão completa que segue empenhado para restabelecer os serviços de energia elétrica no Amapá.

“O Operador Nacional do Sistema Elétrico reitera que segue empenhado na normalização do fornecimento de energia no estado do Amapá, sendo essa a sua prioridade desde a ocorrência em 3 de novembro”, diz nota do órgão.

O ONS também afirma que seu diretor-geral, Luiz Carlos Ciochi, integra nesta quinta-feira comitiva do Ministério das Minas e Energia a Macapá.

O blecaute no estado do Amapá teve início após incêndio na subestação Macapá, no dia 3. A interrupção no sistema de fornecimento de energia elétrica atingiu 14 dos 16 municípios, que concentram cerca de 90% da população.

Parte do serviço foi restabelecido, mas um novo apagão na noite de terça-feira (17) atingiu o estado.

A mais recente previsão do governo federal era que todo o fornecimento fosse restabelecido até o fim desta semana.

As causas do apagão estão sendo investigadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal. Na semana passada, o TCU (Tribunal de Contas da União) também instaurou um procedimento para apurar a origem do blecaute e se houve omissão por parte do poder público.

A ministra Ana Arraes afirmou no documento em que aceitou a apuração, datado do dia 11, que havia “grande preocupação” com a crise energética enfrentada pelo estado e mencionou os “incontáveis danos” para a população.

“Diante do quadro de incontáveis prejuízos e danos causados à população de todo um estado e de possíveis irregularidades e omissões por parte do poder Público, conheço da representação formulada pela SeinfraElétrica [unidade técnica do tribunal] e autorizo a realização de diligências e inspeções, em conformidade com o encaminhamento proposta pela unidade técnica”, afirma na sua decisão.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 20/11/2020

Seção: Colunas

Autor: Ricardo Balthazar (interino)

Título: Na vitrine

PAINEL S.A.:

Enquanto o Amapá sofre com as consequências dos apagões ocorridos neste mês, os estudos para a privatização da CEA, a distribuidora de energia do estado, avançam no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Um dos principais pontos que ainda estão em discussão é a dívida de R\$ 2 bilhões da companhia estatal. O banco de fomento busca uma renegociação com o estado e os credores da empresa para garantir a atratividade do ativo quando for à venda.

Data marcada

Embora a situação financeira da distribuidora seja delicada e ela precise fazer investimentos para melhorar o atendimento à população, executivos do setor consideram que o negócio tem potencial para despertar interesse. Medida provisória editada em setembro fixou prazo até 30 de junho para a venda.

Clientela

A maior parte da população a ser atendida se concentra em duas cidades, Macapá, a capital, e Santana, o que facilita a operação da distribuidora. As causas dos apagões deste mês ainda estão sendo investigadas, mas o problema começou na rede de transmissão, que é privada — e não na distribuidora estadual.

Última da fila

Entre as distribuidoras de energia das regiões Norte e Nordeste que foram administradas no passado pela Eletrobras, a CEA é a única que ainda não passou para a iniciativa privada. Ela opera atualmente em caráter precário, com contrato de concessão vencido.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazin

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/11/2020

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura, Gabriel Shinohara, João Sorima Neto, Gustavo Maia, Julia Lindner **BRASÍLIA E SÃO PAULO**

Título: Juiz afasta diretoria da Aneel e do ONS por apagão no Amapá

Para especialista, medida é 'estapafúrdia'. Agência recorre da decisão.
Alcolumbre convida Bolsonaro a visitar o estado

O juiz João Bosco Costa, da 2- Vara da Justiça Federal do Amapá, decidiu afastar a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), por causa do apagão que atinge o estado há 17 dias. A decisão foi tomada a pedido do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). O afastamento vale por 30 dias e as remunerações ficam mantidas. A Aneel já recorreu da decisão.

Segundo o texto, o afastamento busca evitar que os gestores interfiram na apuração de responsabilidades pelo apagão. O juiz não diz quem ocupará os

cargos no período. A Aneel é a agência reguladora do setor, responsável pela fiscalização. O ONS cuida da gestão de todo o setor elétrico.

O juiz afirma na decisão que houve “atuação negligente” da Aneel, do ONS e da concessionária responsável pela subestação que falhou, a Linhas de Macapá Transmissora de Energia (LMTE). Ela pertence à Gemini Energy, antiga Isolux. No texto, o juiz faz referência a “postergações desnecessárias e injustificáveis” nos serviços de manutenção do transformador reserva, parado desde dezembro. Quando um incêndio atingiu os dois transformadores em operação, o reserva não pôde ser acionado.

Em nota, a Aneel disse respeitar a decisão, mas destacou que ações como essa geram ruído e acabam “prejudicando os trabalhos em um momento em que todos os esforços deveriam estar concentrados no restabelecimento pleno do fornecimento de energia no Amapá” O ONS disse que segue empenhado na normalização do fornecimento e que seu diretor-geral, Luiz Carlos Ciochi, integra a comitiva do **Ministério de Minas e Energia** que estava em Macapá. O órgão tomará as medidas judiciais para reverter a decisão.

Na decisão, o juiz fala em “apagão de gestão”, causado por governos federais que negligenciaram o planejamento de políticas de produção, transmissão e distribuição de energia, “deixando o sistema entregue à própria sorte”

Para o advogado Daniel Ribeiro do Valle, sócio da ASBZ Advogados, especialista na área de energia, a decisão pode ser caracterizada como uma intervenção no Poder Executivo pelo Judiciário: — A decisão acaba por afastar os órgãos técnicos do setor elétrico de exercerem sua atividade e tomarem providências para restabelecer o fornecimento de energia, sob o pressuposto de permitir que outros órgãos que não possuem a expertise necessária (TCU e Polícia Federal) investiguem.

O professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel/UFRJ), Nivalde Castro, classificou a decisão como “estapafúrdia” e disse que pode colocar em risco o suprimento de energia.

Em nota, o Fórum das Associações do Setor Elétrico, que reúne 26 associações disse que o afastamento “traz risco regulatório e de funcionamento para o sistema elétrico”

O fornecimento só deve ser normalizado no dia 26. Ontem, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), se reuniu com o presidente Jair Bolsonaro e o convidou a visitar o Amapá amanhã para ver os efeitos do apagão.

O Senado aprovou projeto que prevê compensação na conta de luz para a população do Amapá afetada pelo apagão.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/11/2020

Seção: Economia

Autor: GERALDA DOCA BRASILIA

Título: TCU decidirá se governo deve arcar com perdas

O Tribunal de Contas da União (TCU) vai decidir se a União deve ressarcir os moradores do Amapá pelos prejuízos decorrentes do apagão. A medida foi aprovada pelo plenário ontem, a pedido do ministro Vital do Rêgo, e incorporada ao processo de auditoria para apurar responsabilidades do poder público.

O ministro sugeriu levantar junto às autoridades federais e estaduais dados relacionados aos prejuízos enfrentados pela população em razão da falta de energia. O problema começou no dia 3 e até hoje não foi integralmente regularizado.

“Não se pode descartar a hipótese de que a União, na qualidade de poder concedente, venha, em última instância, a arcar com parte ou com a integralidade desses prejuízos”, disse o ministro no texto.

Na semana passada, a ministra Ana Arraes, relatora do processo, já havia acatado representação da área técnica do TCU para apurar se houve negligência por parte das autoridades. Os técnicos questionam a razão de um terceiro transformador, que deveria funcionar como backup, não ter entrado em funcionamento. O equipamento estava em manutenção desde dezembro.

Para os técnicos, houve falta de fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) no contrato de concessão da Linhas de Macapá Transmissora de Energia, responsável pela subestação.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 20/11/2020

Seção: Brasil

Autor: Renato Souza

Título: Justiça intervém para pôr fim ao apagão no Amapá

Em meio a uma série de problemas com o fornecimento elétrico, que gerou apagão por duas vezes no Amapá, a Justiça Federal decidiu, ontem, pelo afastamento — inicialmente por 30 dias — das diretorias da Agência Nacional

de Energia Elétrica (Aneel) e do Operador Nacional do Sistema (ONS). De acordo com a decisão do juiz João Bosco, da 2ª Vara Federal da Justiça Federal do estado, a ação é necessária para o “bom andamento das investigações”.

No despacho, o magistrado afirma que a falta de energia em todo o Amapá, há quase duas semanas, é resultado de um “apagão de gestão” e de negligência do governo federal e da empresa Linhas de Macapá Transmissora de Energia (LMTE). O afastamento ocorre em atendimento a um pedido do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) — que argumentou que os gestores da Aneel e do ONS poderiam atrapalhar as diligências sobre as causas dos apagões.

O ONS deve recorrer da decisão e, em nota, afirmou que ainda não foi intimado, mas que após a notificação tomará as medidas judiciais cabíveis para reverter a decisão. O operador é o órgão responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN) e pelo planejamento da operação dos sistemas isolados do país.

Já a Aneel informou que vai recorrer da decisão que afastou sua diretoria assim que for notificada oficialmente. “Aneel ainda não foi formalmente notificada sobre a decisão da Justiça Federal que trata do afastamento temporário de sua diretoria. Contudo, a agência informa que, assim que for notificada, vai interpor o recurso cabível para reverter a decisão”, informou o órgão regulador.

No início do mês, um incêndio em uma subestação de energia de Macapá deixou 13 dos 16 municípios do estado sem energia. Nos últimos dias, o abastecimento ainda não havia sido regularizado e vinha sendo realizado pelo sistema de rodízio. Na terça-feira, o Amapá sofreu o segundo apagão em duas semanas.

A população vem recebendo o fornecimento de energia conforme a capacidade dos geradores é distribuída entre os bairros. A Eletronorte prometeu normalizar a distribuição até amanhã e a companhia estadual de energia fala em resolver o problema até dia 26.

A Justiça havia aplicado multa de R\$ 15 milhões, por dia, para que a distribuição fosse normalizada. O governo enviou 51 toneladas de equipamentos para a região, mas não solucionou o problema. De acordo com o ONS, o segundo apagão foi por falha numa linha de transmissão que estava sendo energizada.

Pedido a Guedes

O ministro da Economia, Paulo Guedes, recebeu o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), para discutir a “calamidade no estado do Amapá”. Formalmente, o estado decretou apenas situação de emergência. E órgãos do

governo federal estão preparados para o caso de o governador Waldez Góes decretar calamidade pública, o que permite a antecipação de pagamentos de ajudas como aposentadorias, benefícios assistenciais como BPC e Bolsa Família.

Nos últimos dias, diferentes áreas da equipe econômica foram acionadas para mapear o que é possível fazer para dar suporte à população no Amapá. Um dos focos é evitar que a solução passe por uma prorrogação do auxílio emergencial, criado para a crise da covid-19. A avaliação é que esse caminho abriria precedentes para outros estados solicitarem o mesmo tratamento, pressionando ainda mais o caixa da União.

1º turno da eleição em 6 de dezembro

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aceitou as ponderações do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá e definiu a realização das eleições municipais em Macapá em 6 de dezembro — em caso de segundo turno, em 20 de dezembro. A decisão da Corte saiu ontem de manhã e ainda prorroga o período para realização da propaganda eleitoral gratuita e de arrecadação, além de debates e para a convocação de mesários. Apesar de o apagão atingir 14 dos 16 municípios amapaenses, a decisão é válida apenas para a capital.

CAPAS DE JORNAIS

www.valor.com.br

Amil põe à venda sua carteira de planos de saúde individuais em S. Paulo, Rio e Curitiba B6

Exportação de açúcar impulsiona resultados das usinas na safra B10

EDP une-se à Embraer no desenvolvimento de aeronaves elétricas, diz Setas B2

20 OUT 2020

ECONÔMICO

Valor

Receitas e lucros em alta marcam o 3º trimestre

Receitas
Setor de 100 empresas (milhões) - em R\$ bilhões

Trimestre	Receitas
3º Trimestre 2019	344,1
3º Trimestre 2020	344,1
3º Trimestre 2020	344,1

Lucros
Setor de 100 empresas (milhões) - em R\$ bilhões

Trimestre	Lucros
3º Trimestre 2019	34,1
3º Trimestre 2020	34,1
3º Trimestre 2020	34,1

Desemprego entre jovens é maior na Amazônia

Recuperação demora na ponte-aérea

Justiça já admite penhora sobre parte do salário

ESQUENTA BLACK FRIDAY

TODA A LINHA 0 km 2021

CONDIÇÕES E OFERTAS IMPERDÍVEIS

VEJA NAS PÁGINAS 2 E 3.

Indicadores

Indicador	Valor
Índice de Preços ao Consumidor (IPC)	0,12%
Índice de Preços ao Consumidor (IPC)	0,12%
Índice de Preços ao Consumidor (IPC)	0,12%

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875



JULIO MESQUITA (1893 - 1947)

Sexta-feira 20 DE NOVEMBRO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46420

estadão.com.br

Hacker português é suspeito de atacar TSE; elo radical é apurado

Investigadores dizem que dados revelados por invasor não têm relação com processo eleitoral

Um hacker português é o suspeito de ter cometido os ataques cibernéticos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no domingo, durante o primeiro turno das eleições municipais. O Ministério Público Federal e o TSE investigam possíveis elos do hacker com extremistas ligados a núcleos bolsonaristas no País. "Eu realizei tudo sozinho", disse ao *Estado* por e-mail o invasor, conhecido nas redes como Zambrius. O

“Eu realizei tudo sozinho. Estou sem computador. Se o tivesse, acredite que o ataque teria um impacto muito maior”
ZAMBRIUS, HACKER PORTUGUÊS

jovem de 19 anos, que está em prisão domiciliar por outros ataques cibernéticos, disse ter agido com apenas um celular. Zambrius admitiu que no do-

mingo deixou vaziar dados do site do TSE, que não tinham relação com o processo eleitoral, em uma conta no Twitter, que acabou suspensa. Um segundo ataque sobrebrecou o site do tribunal, tornando as consultas a páginas de serviços mais lentas. Com relação à demora do supercomputador da Justiça Eleitoral para totalizar os resultados, o TSE admitiu problemas internos. **POLÍTICA / PÁG. A4**

Bolsonaro recua e evita acusar países de levar madeira ilegal

O presidente Jair Bolsonaro recuou ontem, após dizer que revelaria nomes de países que atuam como "receptores" de madeira ilegal que sai do Brasil. Ele disse que o governo tem, na realidade, "nomes de empresas" que comprariam produtos brasileiros de forma ilegal. Aliança de representantes de bancos, do agronegócio, da indústria e ONGs culpou o controle falho do governo. **METRÓPOLE / PÁG. A18**

● **Canetada no Itambá**
Sócio de imobiliária, superintendente do órgão na Bahia cancelou multa e liberou obra de resort. **PÁG. A18**

SP reorienta hospitais e escolas diante de alta nos casos

O governo de São Paulo determinou em decreto que os hospitais não poderão desmobilizar os leitos destinados ao tratamento de covid, em meio ao aumento de casos. Também determinou que não sejam agendadas cirurgias eletivas quando há "recrudescimento" da pandemia. O prefeito de São Paulo, Bruno Covas, rejeitou autorizar a retomada das aulas presenciais. **METRÓPOLE / PÁG. A18**

● **Espera federal**
O Ministério da Saúde só recomendará mais restrições se o número de mortes por covid crescer. **METRÓPOLE / PÁG. A17**

● **A pandemia no Brasil (levantamento do consórcio de imprensa)**

TOTAL DE MORTES	168.141
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ AS 23H DE ONTEM	644
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	544
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	5.983.089
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H, ATÉ AS 23H DE ONTEM	35.686
TOTAL DE RECUPERADOS*	5.407.498

*Número de pessoas que foram curadas

ENTREVISTA

Alexandre Scheinkman, economista, professor da Universidade Columbia

'O governo tem sido incapaz de fazer planos'

Scheinkman - que participa de série de entrevistas do *Estado* - diz que o que mais preocupa é a total inabilidade do governo Jair Bolsonaro para propor um caminho para o ajuste fiscal. Por isso, acha que uma solução deverá ficar só para depois das eleições presidenciais de 2022. **ECONOMIA / PÁG. B4**



Primeiras doses de vacina chegam da China

Desembarcaram ontem no Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, as primeiras 120 mil doses da Coronavac, vacina contra o coronavírus que está em fase final dos estudos clínicos no Instituto Butantã, em parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac. A vacina ainda necessita de autorização da Anvisa para ser aplicada nos brasileiros. **METRÓPOLE / PÁG. A18**

Desemprego entre negros é 5,45 pontos maior

A desigualdade racial no mercado de trabalho bateu recorde neste ano. Com a pandemia fechando milhões de vagas, a diferença na taxa de desemprego entre pretos e pardos e o restante da população alcançou em junho 5,45 pontos, o maior índice desde 2012. **ECONOMIA / PÁG. B1**

● **Efeito George Floyd**
Busca por emprego negro no Brasil cresceu após policial branco matar afro-americano. **ECONOMIA / PÁG. B1**

NA QUARENTENA JAZZ COM ESTILO PRÓPRIO

Pianista Jonathan Ferr

lança seu 2.º disco. **PÁG. A1**



WILTON JARDIM / ESTADÃO

Governo deve isentar Amapá de conta de luz

Vítima de dois apagões em 14 dias, a população do Amapá não deverá pagar conta de luz em novembro. Medida deve custar à União de R\$ 45 milhões a R\$ 80 milhões. Diretorias da Anel e do ONS foram afastadas ontem pela Justiça. **METRÓPOLE / PÁG. A19**

Biden leva a Geórgia e Trump adota nova tática

INTERNACIONAL / PÁG. A14

Tempo em SP 14º Min. 21º Máx.

NOTAS & INFORMAÇÕES

O custo da pirraça

Como sempre, Bolsonaro tentou transferir uma responsabilidade que é majoritariamente de seu governo. E ainda tratou países europeus como receptores de produtos roubados. **PÁG. A3**

Um juiz e suas rebeldias

Magistrado do Amapá agiu como os três Poderes e afastou diretorias da Anel e do ONS. **PÁG. A3**



Este selo garante a autenticidade e a qualidade dos produtos MISTO e FISC. Para mais informações, consulte o site www.misto.gov.br

'Só volto a ser candidato em 2026', afirma Covas

● Em sabatina do *Estado*, o candidato do PSDB à Prefeitura de SP, Bruno Covas, prometeu terminar o mandato se for reeleito e que só será candidato novamente em 2026. **PÁG. A10**

Eliane Cantanhêde

Bolsonaro está prestes a aceitar finalmente, talvez hoje, o triunfo de Biden nos EUA. **POLÍTICA / PÁG. A10**

Elena Landau

Guedes tenta adaptar a realidade a seus devaneios, como os trilhões da privatização. **ECONOMIA / PÁG. B5**

ESQUENTA

BLACK FRIDAY

CAOA CHERY

TODA A LINHA 0 km 2021

CONDIÇÕES E OFERTAS IMPERDÍVEIS

VEJA NAS PÁGINAS 6 E 7.

VerCapas.com.br

CAOA CHERY

QUALIDADE, TECNOLOGIA E DESIGN

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

FOLHA100: FALTAM 91 DIAS

SEXTA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 2020

ANO 100 ★ Nº 33.469 ★ R\$ 5,00

ENTREVISTA

Guilherme Boulos
Covas é sócio de
Dória e deixou a
cidade abandonada

O candidato do PSOL, disse confiar no tempo igual de TV para mostrar que Bruno Covas é "sócio de [João] Dória" em um projeto "atrasado e elitista".

Após defender mais concursos para aumentar a contribuição ao regime previdenciário do município, afirmou: "É evidente que não acho que contratar servidor é a solução da Previdência". Poder A10

Covas tem 58% no 2º turno em São Paulo; Boulos, 42%

Tucano registra apoio mais homogêneo, e rival do PSOL se destaca entre jovens, aponta Datafolha

No primeiro levantamento do Datafolha após o primeiro turno da eleição em São Paulo, o prefeito Bruno Covas (PSDB) surge com 58% dos votos válidos. Seu opositor, Guilherme Boulos (PSOL), tem 42% da preferência.

Os votos válidos excluem brancos e nulos, descartados pelo TRE. O instituto ouviu 1.254 eleitores na terça (17) e na quarta (18). Encomendada pela Folha e pela Rede Globo, a pesquisa tem margem de erro de três pontos.

Covas apresenta desempenho bastante homogêneo, com vantagem similar sobre Boulos no quesito renda; é o preferido entre os mais pobres (60% a 40%), as faixas intermediárias e entre os mais ricos (56% a 44%).

Dos grandes grupos socioeconômicos, o candidato psolista só ultrapassa o adversário tucano entre os mais jovens: 59% ante 41% no recorte de 16 a 24 anos. Também vence entre os funcionários públicos (64% a 36%).

Entre os eleitores que votaram em Celso Russomanno (Republicanos) no primeiro turno, 56% optam agora por Covas e 27% por Boulos. No caso daqueles que apoiaram Márcio França (PSB), há um empate em 38%. Poder A4 e A5

Debate virtual na corrida pela capital tem guerra de memes e humor A12

Boulos marca 53% entre pretos, e Covas, 47%; pardo prefere tucano A5

Análise A. Janoni
Disputa em SP e no Recife exige cautela de líderes A6

Marília Arraes registra 55% no Recife, ante 45% de João Campos A8

Com 71%, Paes abre vantagem ampla sobre Crivella no Rio A8

Prefeito vê Covid estável e rejeita novas restrições

O prefeito Bruno Covas (PSDB) defendeu ontem que não há motivos para recuar na flexibilização da quarentena em São Paulo e disse que a pandemia está estabilizada. Para a gestão, a alta de internações está dentro dos padrões de oscilação. Saúde B5

Por vírus, governo paulista congela cirurgias eletivas

O governo de São Paulo vai editar decreto para impedir que hospitais marquem novas cirurgias eletivas e desmobilizem leitos de UTI e enfermarias destinados a pacientes de Covid. A medida é uma reação à alta dos casos da doença no estado. Saúde B5

Crivella xinga Dória de vagabundo e pede desculpas A12

Globo anuncia saída do diretor-geral Carlos Henrique Schroder A28

Justiça afasta diretoria da Anel e do ONS por apagão no Amapá A25

Vacina de Oxford produz anticorpos em adultos de todas as idades B4

Santos e Paranaguá viram rota para madeira ilegal exportada B6

EDITORIAIS A2

Pela diversidade
Acerca de avanço na votação de negros e mulheres.Segunda rodada
Sobre a disputa paulista, segundo o Datafolha.

ATMOSFERA

São Paulo hoje
21°
14°
6h 12h 18h 24h

AUDIÊNCIA/MÉS

PÁGINAS VISTAS 176.292.687

VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA



Ilustrada Antiga rainha do partido alto que virou vigia de boate, cantora Geovana sai do ostracismo e volta a lançar um álbum depois de três décadas sem gravar nem uma canção B9

68%
das mulheres
assassinadas no
Brasil em 2018
eram negras B3

Poder Vereadora eleita em Joinville recebe ameaças A14

Mercado
Pioneirismo e
solidão marcam
ascensão de
empresários como
César Nascimento A21

Poder Primeira mulher negra deputada no Brasil, Antonieta de Barros defendeu educação e liberdade de imprensa A16

62%
das mulheres presas
são negras; em
alguns estados,
chega a 97% B3Fosso entre brancos e
negros nas Câmaras cai
com nova cota racial A14Brasileiros relatam mais
preconceito em casa do
que no exterior A17Até um ano de vida, a
chance de uma criança
negra morrer será22,5%
maior que a de uma
criança branca B2

Sete de cada 10 vivendo em casas inadequadas são pretos ou pardos

Sete em cada dez brasileiros que moram em casas com algum tipo de inadequação são pretos ou pardos, aponta o levantamento Síntese de Indicadores Sociais, do IBGE. A pesquisa, que usa como base os dados da Pnad 2019, reúne em números a realidade que já é bem conhecida nas periferias das grandes cidades e em regiões mais carentes.

No Brasil, 45,2 milhões residiam em 2019 em 14,2 milhões de domicílios com alguma inadequação. Destes, 31,3 milhões eram de cor preta ou parda (69,2%). "A distribuição de renda absurdamente desigual sob a população preta e parda, que se vê obrigada a morar de maneira adensada", afirma Wania Sant'Anna, do Ibase. Cotidiano B1

Natalia Paiva
Racismo nos cerca
como poluição

Estudos mostram que crianças começam a aprender a andar. O que isso significa para quem quer criar filhos antirracistas? Racismo nos envolve como a poluição. Podemos despoluir. Cotidiano B2

Djamila Ribeiro
Ser pessoa negra é
conquista árdua

É no sentido que Lélia Gonzalez traz quando diz que "a gente não nasce negro, a gente se torna negro". Ser negro é entender que estamos num país de quatro séculos de escravidão e que não teve nenhuma política de inclusão da população. Ilustrada B16

ENTREVISTA Rachel Maia

Fomos sabotados por muito tempo, com o 'não é para você'

Para ex-presidente das joalherias Pandora e Tiffany e da marca Lacoste no Brasil, ações afirmativas não são favor. A22

guia

Conheça lugares que ajudam a preservar parte da memória afro paulistana B18

+ Confira uma seleção de cozinhas por delivery tocadas por chefs negros B19

Esporte

Em ano conturbado, atletas se põem na linha de frente contra o racismo B7

seminários folha

webinar

Melanoma

25 de novembro 15h30

Acompanhe ao vivo o debate online sobre os caminhos e as alternativas do paciente com esse diagnóstico.

folha.com/melanoma

Saiba mais na página A9

ISSN 1814-5723 33469 9 771414 572069

Brasileiro: Vasco cria pouco, fica no 0 a 0 em casa com o Fortaleza, mas sai do Z-4

PÁGINA 33

Protesto. O atacante Talles Magno faz gesto contra o racismo

O GLOBO

Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, SEXTA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 2020 ANO XLVII - Nº 31.882 - PREÇO DESTE EXEMPLAR NO RJ - R\$5,00

RITMO LENTO

Brasil só testou contra a Covid 20% da meta

Número de exames cai desde setembro; Saúde diz que não tem dados consistentes da pandemia

Até outubro, os laboratórios públicos do país haviam feito 5 milhões de exames para detectar Covid-19, o equivalente a 20% da meta estabelecida pelo governo. A média diária do procedimento cai desde setembro. Especialistas afirmam que a testagem maciça é fundamental para embasar as medidas de combate à

pandemia. Questionado sobre uma segunda onda, o secretário-executivo do Ministério da Saúde, Elcio Franco, afirmou que, devido a ataques hacker, a pasta não tem dados consistentes para dizer se há aumento de casos, mortes e internações. Com alta de infectados, São Paulo teve suspensas as cirurgias eletivas. PÁGINAS 17 e 18

Botafoogo e Leblon, os novos 'epicentros'

A chamada "mancha" da Covid-19 se moveu no território carioca seguindo a rota de aglomeração, com a reabertura. Se Copacabana concentrou óbitos na Zona Sul no início da pandemia, agora Botafogo e Leblon aparecem como as regiões com mais casos confirmados nas últimas semanas. PÁGINA 19

Testes apontam eficácia de vacina de Oxford em idosos

Imunizante da universidade britânica, ainda em teste, produz resposta contra Covid em todas as idades, inclusive nos mais velhos. PÁGINA 18

ANALÍTICO/ANA LUCIA AZEVEDO

Novembro pior que março

A ciência fez a sua parte, governos e parcela da sociedade, não. Pessoal da saúde está exausto, e autoridades não cumprem seu papel. PÁGINA 19

Sem palavras



ELEIÇÕES 2020

Candidatos evitam compromisso com medidas restritivas

Diante da ameaça de novo pico do coronavírus, candidatos que disputam o segundo turno nas capitais se esquivam sobre a adoção de medidas restritivas. No Rio, Marcelo Crivella (Republicanos) nega a eclosão de surto, enquanto Eduardo Paes (DEM) evita assumir compromissos. PÁGINA 8

SEGUNDO CADERNO

Leituras relevantes que ajudam a contar História

Intelectuais e artistas indicam obras essenciais de autores negros como eles, a exemplo de Lélia Gonzalez, para entender o país e o mundo.



Café

Mães além dos terreiros

Mulheres do axé se destacam por ações de combate à desigualdades e violência, e projetos de geração de renda. PÁGINA 20

DEVAGAR DEMAIS

F1 longe da diversidade

Doze anos após seu primeiro título, Lewis Hamilton, primeiro negro a competir na categoria, continua o único. PÁGINA 34

Em nova ofensiva, Trump agora quer alterar Colégio Eleitoral

Trump muda de estratégia e quer trocar membros de Colégio Eleitoral em estados-chave por escolhas de Legislativos republicanos. PÁGINA 31

Após pesquisa, Crivella se exalta, ofende Doria e ataca PSOL

Um dia após Ibope mostrar vantagem de Paes, prefeito chama governador paulista de "vagabundo" e faz falsas acusações ao PSOL. PÁGINA 11

FLÁVIA OLIVEIRA

Não só eleger, mas proteger a diversidade

PÁGINA 3

EDUARDO AFFONSO

Querides, palavras não têm sexo

PÁGINA 3

MÍRIAM LEITÃO

'Distopia' já não descreve o que vivemos

PÁGINA 26

RUTH DE AQUINO

Atitude na pandemia é escolha moral

SEGUNDO CADERNO

**ESQUENTA
BLACK
FRIDAY**
CADA CHERY

No trânsito, dá sentido à vida.

TODA A LINHA 0 km 2021
CONDIÇÕES E OFERTAS IMPERDÍVEIS



VEJA NAS PÁGINAS 4 E 5.

VerCapas.com.br
CADA CHERY
QUALIDADE, TECNOLOGIA E DESIGN

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808; HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASILIA, 1960; ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASILIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO DE 2020

NÚMERO 20.990 • 40 PÁGINAS • R\$ 2,50

Barbárie em casa: grávida é baleada por companheiro



Lorrane de Oliveira (foto), 24 anos, levou um tiro na cabeça, ontem, no bairro Nova Colina, em Sobradinho. O autor da tentativa de feminicídio é o homem com quem ela morava havia seis anos. O casal já tem um filho de dois anos. O criminoso foi preso em flagrante. No terceiro mês de gestação, a jovem foi levada, em estado grave, no início da noite, para o Hospital de Base.

PÁGINA 19

As muitas faces do Big Brother Brasília

Novo sistema de monitoramento com tecnologia de reconhecimento facial vai reforçar segurança no DF

Com 728 câmeras de vigilância em funcionamento espalhadas pela cidade, o DF ganhará o reforço de equipamentos que utilizam o rastreamento de movimentos físicos e de imagens. O uso desta tecnologia, adotada no combate ao crime em vários esta-

dos, foi regulamentado pelo governador Ibaneis Rocha. O novo sistema será instalado em pontos de grande circulação, como a Rodovia do Plano Piloto. Direcionados a uma central comandada por agentes públicos, as imagens e os dados possibilitarão

descobrir se as pessoas são procuradas pela polícia ou se estão foragidas da justiça. Especialistas aprovam o método, mas fazem observações quanto à possibilidade de vazamento de informações e ao temor de que inocentes sejam confundidos com criminosos.



PÁGINA 17



São Paulo castiga o ídolo Ceni

Com dois gols de Brenner, um deles em uma falha gravíssima do goleiro Hugo na saída de bola, tricolor derrota o Flamengo e abre vantagem nas oitavas da Copa do Brasil.

PÁGINA 15

Desconto no bolso

Programas do GDF vão beneficiar servidores com preços menores no comércio.

PÁGINA 18

Rock Brasília em fotos

Registros inéditos feitos em 1980 por Nick Elmoor e Ricardo Junqueira estão em livro.

PÁGINA 24



Amor que transforma

Maria Madalena Tóres dedica a vida à alfabetização de jovens e adultos na Ceilândia, inspirada e apaixonada pelo método do educador Paulo Freire. Aos 57 anos, a professora negra sonha com um mundo livre do racismo e com direitos iguais para todos. Para ela, a educação é libertadora. PÁGINA 21

Após polêmica e politização, Anvisa libera CoronaVac

Foram 38 horas de suspensão do estudo clínico da vacina desenvolvida pela chinesa Sinovac em parceria com o Instituto Butantan, que apresentaram novos documentos e informações à agência. Voluntários devem retomar os testes hoje.

PÁGINA 6

Começam testes no DF

Johnson & Johnson inicia, hoje, estudos com 800 voluntários. PÁGINA 20

Macapá Eleição é suspensa

TSE suspende a votação na capital do Amapá até que o serviço de energia seja restabelecido com segurança. PÁGINA 4

Estados Unidos Fraude descartada

Autoridades eleitorais não encontram sinais de irregularidades no pleito, mas Trump faz novas denúncias. PÁGINA 12

Vendas com pé no freio

Ritmo de crescimento do varejo, que teve cinco meses de alta, sofre queda. PÁGINA 8



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@daabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br

(61) 99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

MME / ASCOM .